

REDUÇÃO DA SELIC E MELHORA DO CRÉDITO NO 1º SEM/24

OUTUBRO/2024

CONSELHO DO IEDI

<i>Conselheiro</i>	<i>Empresa</i>
Alberto Borges de Souza	Caramuru Alimentos S.A.
Amarílio Proença de Macêdo	J.Macêdo Alimentos S.A.
Bruno Uchino	Unipar Carbocloro S.A.
Carlos Eduardo Sanchez	EMS - Indústria Farmacêutica Ltda.
Dan Ioschpe <i>Vice-Presidente</i>	Ioschpe-Maxion S.A.
Daniel Feffer	Grupo Suzano S.A.
Décio da Silva	WEG S.A.
Eduardo de Salles Bartolomeo	Vale S.A.
Eduardo Fischer	MRV S.A.
Eugênio Emílio Staub	Conselheiro Emérito
Flávio Gurgel Rocha	Confecções Guararapes S.A.
Francisco Gomes Neto	Embraer S.A.
Guilherme c. Gerdau Johannpeter <i>Presidente</i>	Gerdau S.A.
Hélio Bruck Rotenberg	Positivo Informática S.A.
Henri Armand Slezzynger	Unigel S.A.
Horacio Lafer Piva	Klabin S.A.
João Guilherme Sabino Ometto	Grupo São Martinho S.A.
José Roberto Ermírio de Moraes	Votorantim Participações S.A.
Josué Christiano Gomes da Silva	Coteminas S.A.
Leonardo de Mattos Galvão	Mover Participações S.A.
Lírio Albino Parisotto	Videolar S.A.

CONSELHO DO IEDI

<i>Conselheiro</i>	<i>Empresa</i>
Lucas Santos Rodas	Companhia Nitro Química Brasileira S.A.
Luiz Alberto Garcia	Algar S.A.
Luiz Cassiano Rando Rosolen	Indústrias Romi S.A.
Marcelo Facchini	Facchini S.A.
Marcelo Faria de Lima	Metalfrio S.A.
Marcelo Milliet	Paranapanema S.A.
Marco Stefanini	Stefanini S.A.
Marcos Lutz	Ultrapar Participações S.A.
Paulo Diederichsen Villares	Membro Colaborador
Pedro Luiz Barreiros Passos	Natura Cosméticos S.A.
Pedro Wongtschowski	Conselheiro Emérito
Raul Calfat <i>Vice-Presidente</i>	Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A.
Ricardo Steinbruch	Vicunha Têxtil S.A.
Roberto Bischoff	Braskem S.A.
Roberto Caiuby Vidigal	Membro Colaborador
Rodolfo Galvani Jr	Fosnor S.A.
Rodolfo Villela Marino	Itaúsa S.A.
Rubens Ometto Silveira Mello	Cosan S.A.
Salo Seibel <i>Vice-Presidente</i>	Dexco S.A.
Victório De Marchi	AmBev S.A.

REDUÇÃO DA SELIC E MELHORA DO CRÉDITO NO 1º SEM/24

Introdução.....	5
Crédito ampliado ao setor privado não-financeiro.....	8
Evolução do estoque de crédito bancário	13
Endividamento das famílias.....	19
Evolução do crédito corporativo por setor econômico e porte da empresa.....	20
Evolução real das concessões.....	24
Juros e inadimplência.....	29

REDUÇÃO DA SELIC E MELHORA DO CRÉDITO NO 1º SEM/24

Introdução

As condições creditícias no Brasil apresentaram melhora no 1º semestre de 2024, de acordo com os dados divulgados pelo Banco Central. O crédito bancário retomou a trajetória de crescimento de dois dígitos, sob influência diferida da queda da Selic de ago/23 a mai/24 sobre as taxas de empréstimo.

No acumulado jan-jun/24, as concessões de crédito novo registraram aumento de +14% frente a igual período do ano passado, já descontada a inflação medida pela IPCA. Com isso, o estoque total dos empréstimos bancários subiu +8,8% entre jun/23 e jun/24, elevando nossa relação crédito/PIB a 53,9%, patamar recorde da série histórica iniciada em março de 2011.

Vale destacar, ainda, o ganho de importância da emissão de títulos de dívida como canal de financiamento do setor privado, cuja participação dobrou na última década, passando de 9,4% para 18,9%. Tomado apenas o financiamento a empresas, esta participação chegou a 30% em jun/24.

Este é um sinal de que o mercado de capitais tem se tornado um circuito importante de financiamento, mas em geral é acessível apenas a empresas de maior porte. Para as micro, pequenas e também muito das médias empresas, o crédito bancário ainda é fonte essencial de recursos.

Neste sentido, nota-se um crescimento inferior do estoque deste tipo de crédito para este conjunto de empresas menores (+4,2% em jun/24 ante jun/23) vis-à-vis o saldo total de crédito às empresas (+6,6%).

Retornando aos dados de fluxo de crédito novo, a expansão de +14% no 1º sem/24, como visto anteriormente, foi acompanhado de aceleração das concessões a pessoas jurídicas, que voltou a registrar taxa de crescimento real de dois dígitos (+13,6%), pela primeira vez desde o final de 2022. Em 2023, o quadro havia sido de estabilidade.

Este avanço foi puxado tanto por operações com condições livremente pactuadas entre tomadores e credores, como pelas operações direcionadas: +14,1% e +17,5%, respectivamente, frente ao acumulado jan-jun/23.

Dois modalidades se destacaram entre os maiores avanços nas concessões direcionadas a empresas: o crédito rural, com +45,2%, e as operações creditícias do BNDES, com +20,8% ante jan-jun/23.

É importante notar que embora tenha crescido mais, o crédito oficial representa uma pequena fração do total de concessões de crédito às empresas, de apenas 7,4% no 1º sem/24. O restante é crédito livre, que refletem as condições de mercado.

As concessões de crédito novo às famílias, por sua vez, aumentaram até mais do que aquelas às empresas: +14,4% em jan-jun/24 ante jan-jun/23. Também voltaram a acelerar em comparação com o resultado do 2º sem/23 (+7,5%), mas já vinham de um ritmo mais robusto de expansão.

Também neste caso, o crédito direcionado saiu na frente: +16,8%, devido ao segmento imobiliário (+23,1%), ante +14,1% para as concessões de crédito livre às famílias, puxadas pelas operações consignadas aos beneficiários do INSS (+56,2%) e para aquisição de veículos (+39,8%).

Quanto à inadimplência, isto é, aos atrasos superiores a 90 dias, a média geral em jan-jun/24 ficou muito próxima daquela de jan-jun/23: 3,3% e 3,4% da carteira de crédito, respectivamente. Mas na comparação de jun/24 (3,2%) com jun/23 (3,5%), isto é, entre os finais de período, houve declínio de -0,3 ponto percentual.

Na comparação entre os meses de junho, a redução da inadimplência deveu-se ao crédito às famílias (-0,5 p.p.), pois na carteira corporativa houve ligeiro acréscimo (+0,1 p.p.), devido às operações com empresas de menor porte, cuja inadimplência atingiu 4,4% no final do 1º semestre do ano (+0,5 p.p.). No crédito às grandes empresas, a taxa de inadimplência recuou para 0,4% (-0,6 p.p.).

Inadimplência e juros se reforçam, já que taxas elevadas de juros exigem um esforço financeiro maior dos tomadores e, por isso, facilitam a ocorrência de inadimplência, e, por outro lado, uma evolução de aumento da inadimplência elevam os *spreads* bancários e, assim, as taxas de empréstimos.

A redução tímida da inadimplência guarda relação, deste modo, com uma redução também moderada das taxas de empréstimos. Comparando jun/24 com jun/23, o ritmo de queda da taxa média de juros dos empréstimos bancários foi metade do ritmo em que o Banco Central reduziu a Selic.

Descontada a inflação do período, as taxas médias de juros recuaram de 26% a.a. em jan-jun/23 para 23% a.a. em jan-jun/24 e de 27% a.a. para 22% a.a. se compararmos apenas o dado de final de período, isto é, em jun/23 e jun/24, respectivamente. E isso apesar de o crédito direcionado, que tem juros mais baixos, ter crescido à frente do crédito livre.

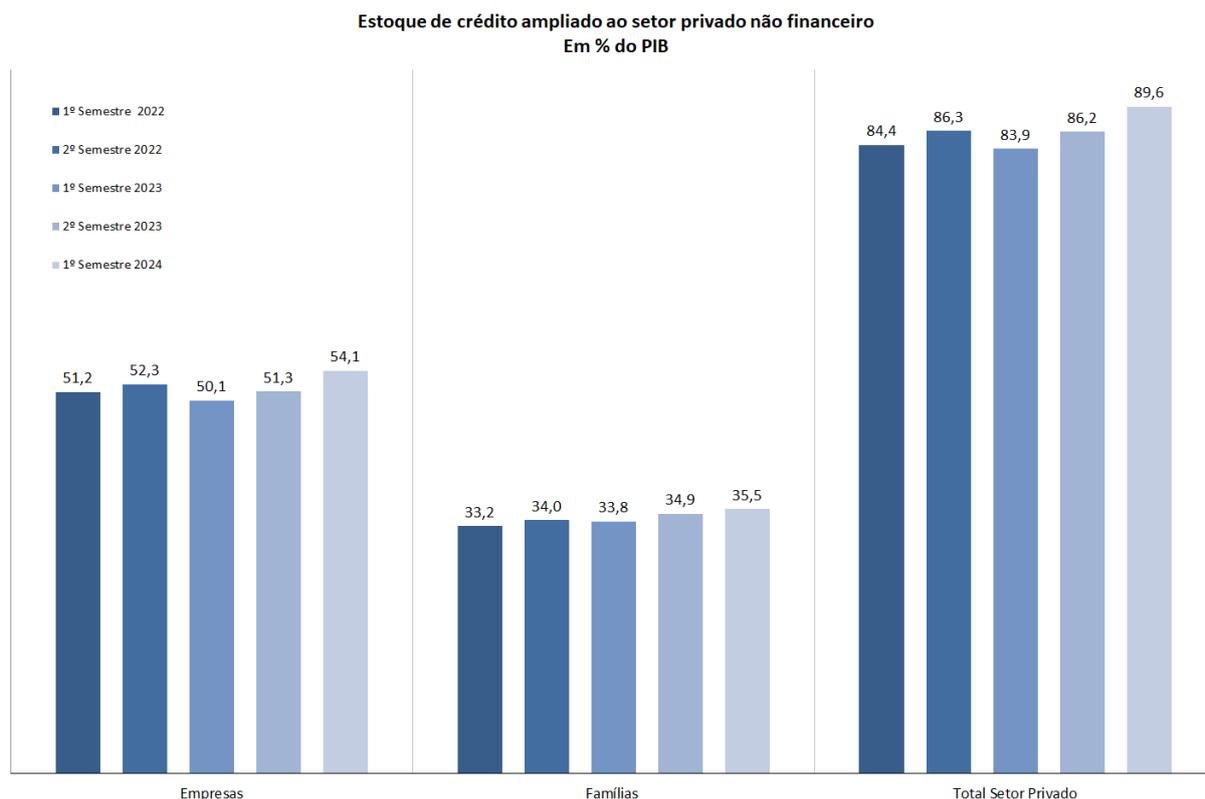
Considerando apenas as operações livres, onde os juros são pactuados livremente entre as partes e refletem melhor as condições de mercado, o recuo foi de 40% a.a. para 34% a.a. entre jun/23 e jun/24 na média do crédito para empresas e famílias, embora tenham sido as operações com estas últimas que mais influenciou.

Crédito ampliado ao setor privado não-financeiro

De acordo com as estatísticas de crédito do Banco Central do Brasil (BCB), o estoque de crédito ampliado ao setor privado não financeiro alcançou R\$ 10,0 trilhões no 1º semestre de 2024 (R\$ 9,6 trilhões descontada a inflação medida pelo IPCA).

Esse conceito de crédito inclui tanto o saldo das emissões de títulos de dívida e das operações de crédito bancário contratadas pelas empresas e pelas famílias no mercado financeiro doméstico como o saldo da dívida externa, resultante das captações de recursos junto a não residentes, mediante a contração de empréstimos e da emissão de títulos de dívida.

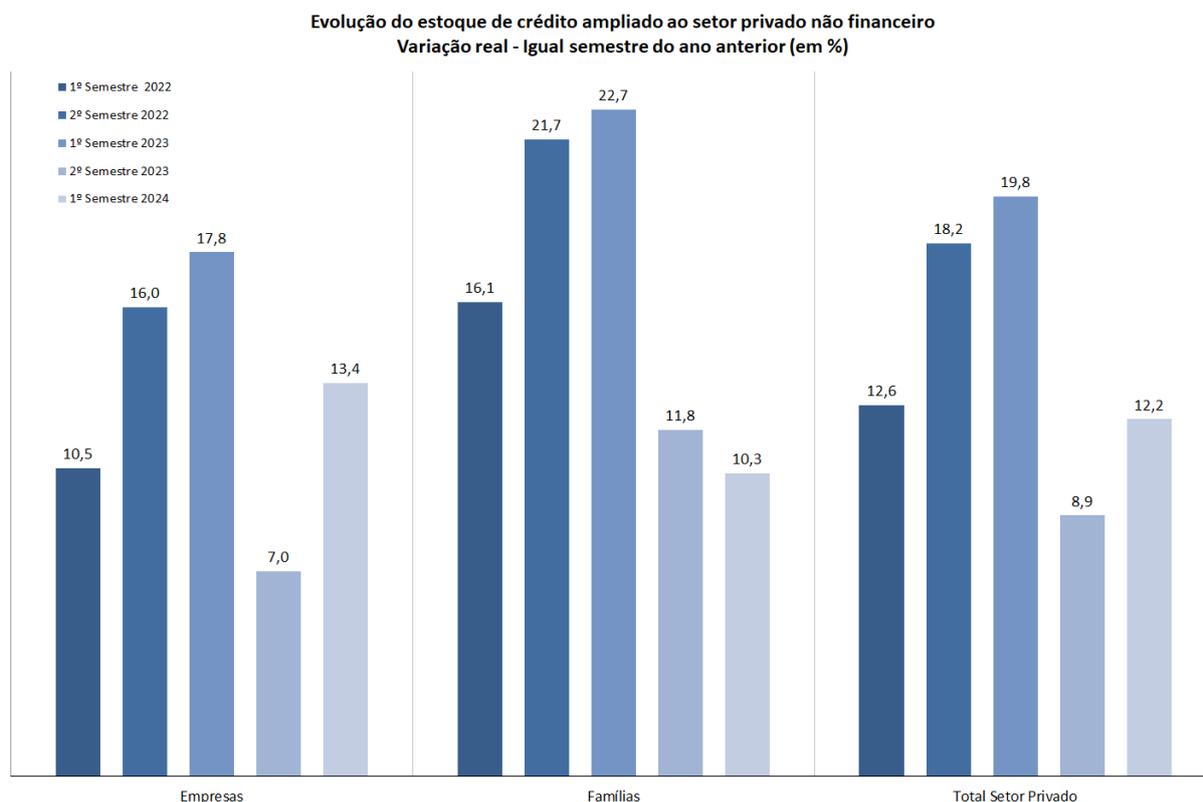
Em porcentagem do PIB, o saldo total do crédito ampliado ao setor privado não financeiro atingiu 89,6%, patamar recorde da série histórica iniciada em janeiro de 2013. Frente ao 1º semestre de 2023, a alta foi de 5,7 pontos percentuais (p.p.).



Fonte: BCB. Elaboração: IEDI.

Na comparação interanual, o estoque do crédito ampliado ao setor privado não financeiro registrou variação real de 12,2% no 1º semestre de 2024, quando deflacionado pelo

IPCA, com incremento da ordem de 3,3 p.p. no 1º semestre de 2024 frente ao semestre precedente.



Fonte: BCB. Elaboração: IEDI.

No corte por tipo de tomador, observa-se que a retomada do crédito ampliado ao setor privado foi puxada pela forte aceleração das operações de crédito com as empresas, que cresceu 13,4% (+6,4 p.p. frente ao semestre precedente).

Já o estoque do crédito ampliado às famílias mesmo registrando alta de dois dígitos (10,3%) no período de janeiro a junho do ano em curso manteve-se em trajetória de arrefecimento, recuando 1,5 p.p. ante ao semestre precedente na base de comparação interanual.

O mercado de crédito doméstico, responsável por 80,0% do estoque do crédito ampliado ao setor privado não financeiro, registrou, no 1º semestre de 2024, expansão real de 11,6% na comparação interanual.

Esse resultado reflete, sobretudo, a expressiva ampliação do saldo das operações com títulos de dívida direta corporativa, que alcançou R\$ 1,8 trilhão no final do período janeiro a

junho, registrando variação real de 23,0% frente ao 1º semestre de 2023 (R\$ 1,3 trilhão) e de 11,5% ante ao 2º semestre de 2023.

Em consequência dessa expansão, a participação do saldo dos títulos domésticos de dívida direta no saldo total do crédito ampliado ao setor privado não financeiro alcançou 18,8% no 1º semestre, com incremento real de 1,6 p.p. na comparação com igual semestre do ano anterior.

Já as operações de empréstimos e financiamentos bancários no mercado doméstico, que cresceram 8,5% em termos reais no 1º semestre do ano em curso, se mantiveram como a principal modalidade de crédito doméstico, com participação 61,2% no total do estoque de crédito ampliado ao setor privado não-financeiro. Porém, a participação no estoque total de crédito registrou recuo de 2,2 p.p. ante igual semestre do ano anterior.

Na base de comparação interanual, o estoque de dívida externa aumentou 14,3% em termos reais no 1º semestre de 2024, impulsionado pela alta de 15,2% dos saldos das operações de empréstimos externos, a qual reflete, pelo menos em parte, os efeitos da desvalorização do real ante ao dólar.

Crédito ampliado ao setor privado não financeiro no 1º Semestre de 2024

	Mercado doméstico			Dívida Externa			Total
	Empréstimos e Financiamentos ¹	Títulos de Dívida ²	Total Doméstico	Empréstimos ³	Títulos ⁴	Total externo	
Saldos em valores reais⁵							
1º Semestre 2023	5.415,9	1.471,5	6.887,4	1.593,6	85,3	1.678,9	8.565,3
2º Semestre 2023	5.644,2	1.623,0	7.267,3	1.600,1	82,6	1.682,3	8.949,5
1º Semestre 2024	5.878,3	1.809,5	7.687,8	1.835,4	83,5	1.918,8	9.606,6
Participação relativa							
1º Semestre 2023	63,2	17,2	80,4	18,6	1,0	19,6	100,0
2º Semestre 2023	63,1	18,1	81,2	17,9	0,9	18,8	100,0
1º Semestre 2024	61,2	18,8	80,0	19,1	0,9	20,0	100,0
Variação real⁵							
Semestre anterior	4,1	11,5	5,8	14,7	1,1	14,1	7,3
Igual semestre ano anterior	8,5	23,0	11,6	15,2	-2,1	14,3	12,2
No ano	4,1	11,5	5,8	14,7	1,1	14,1	7,3
Em % do PIB							
1º Semestre 2023	53,1	14,4	67,5	15,6	0,8	16,5	83,9
2º Semestre 2023	54,4	15,6	70,0	15,4	0,8	16,2	86,2
1º Semestre 2024	54,9	16,9	71,8	17,1	0,8	17,9	89,6

Fonte: BCB. Elaboração IEDI

Notas:

- Inclui Operações de crédito do sistema financeiro nacional (SFN) bem como empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil; Operações de crédito dos fundos de pensão, de consórcios e das empresas do grupo BNDES; e Operações de crédito de fundos constitucionais não incluídos na carteira do SFN e empréstimos do FIES (Fundo de Financiamento Estudantil).
- Títulos emitidos no mercado doméstico (debêntures e notas comerciais), bem como parcela de certificados de recebíveis imobiliários (CRI) e do agronegócio (CRA) e da carteira dos fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC), em que os créditos utilizados como lastro são dívidas do setor de empresas e do setor de famílias. Exclui títulos detidos por não-residentes.
- Em sua maior parte refere-se a empréstimos tomados no exterior. Inclui ainda títulos emitidos no exterior por entidades sem fins lucrativos a serviço das famílias.
- Inclui títulos emitidos no exterior e títulos emitidos no mercado domésticos denominados e liquidados em reais detidos por não residentes.
- Saldos em final de período, deflacionados pelo IPCA. Variações com base no último mês de cada semestre.

Em contraste, devido as condições financeiras adversas nos mercados internacionais de capitais, em um contexto de elevadas taxas básicas de juros nas principais economias desenvolvidas, os saldos das operações com títulos privados de dívida direta emitidos no exterior retraíram 2,1% em termos reais frente ao 1º semestre de 2023.

No 1º semestre de 2024, a participação do setor empresarial no estoque do crédito ampliado concedido ao setor privado não financeiro subiu para 60,4% (+0,7 p.p. ante igual semestre de 2023). Com alta real de 13,4% na comparação interanual, o saldo do crédito ampliado obtido pelas empresas atingiu R\$ 5,8 trilhões (equivalente a 54,1% do PIB).

Esse crescimento foi impulsionado, principalmente, pelos aumentos reais de 23,1% do estoque de títulos de dívida emitidos no mercado doméstico (debêntures, notas comerciais e recebíveis imobiliários e do agronegócio) e detidos por residentes e de 6,0% na carteira de empréstimos e financiamento do sistema financeiro.

Cabe assinalar que os títulos de dívida direta já respondem por 44,9% (ante 42,2% em igual semestre de 2023) do crédito ampliado concedido às empresas no mercado doméstico e por 30,3% do estoque total do crédito ampliado corporativo, com avanço de 2,4p.p. frente ao 1º semestre do ano precedente.

De acordo com a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), no 1º semestre do ano em curso, as empresas brasileiras captaram R\$ 311,9 bilhões por meio da emissão de títulos de renda fixa no mercado doméstico. Deste volume, que é recorde para o período, as debêntures respondem por 66,3%.

Isso significa que o mercado de capitais brasileiro segue ampliando sua importância como fonte de *fundings* complementar ao mercado de crédito bancário, sobretudo para as grandes empresas.

No que se refere à dívida externa corporativa, observa-se, no 1º semestre de 2024, acréscimo real da ordem de 14,2% no estoque de crédito das empresas na base de comparação interanual.

Esse resultado pode ser explicado pelo aumento no saldo dos empréstimos externos, responsável por 95,6% da dívida externa corporativa, com variação real de 15,2% frente ao 1º semestre de 2023, refletindo em parte a desvalorização cambial, bem como pela redução (-2,2%) no saldo de crédito captado sob a forma de emissão de títulos de dívida tanto no exterior como no mercado doméstico quando detidos por não-residentes.

Crédito ampliado ao setor privado corporativo não financeiro no 1º Semestre de 2024

	Mercado doméstico			Divida Externa			Total
	Empréstimos e Financiamento ¹	Títulos de Dívida ²	Total Doméstico	Empréstimos	Títulos ³	Total externo	
Saldos em valores reais⁴							
1º Semestre 2023	2.034,7	1.425,9	3.460,6	1.568,4	85,3	1.654,7	5.115,4
2º Semestre 2023	2.103,8	1.566,6	3.670,4	1.575,2	82,2	1.657,4	5.327,9
1º Semestre 2024	2.156,8	1.754,8	3.911,5	1.806,6	83,5	1.889,1	5.800,6
Participação relativa							
1º Semestre 2023	39,8	27,9	67,7	30,7	1,7	32,3	100,0
2º Semestre 2023	39,5	29,4	68,9	29,6	1,5	31,1	100,0
1º Semestre 2024	37,2	30,3	67,4	31,1	1,4	32,6	100,0
Varição real⁴							
Semestre anterior	2,5	12,0	6,6	14,7	1,5	14,0	8,9
Igual semestre ano anterior	6,0	23,1	13,0	15,2	-2,2	14,2	13,4
No ano	2,5	12,0	6,6	14,7	1,5	14,0	8,9
Em % do PIB							
1º Semestre 2023	19,9	14,0	33,9	15,4	14,0	16,5	50,1
2º Semestre 2023	20,3	15,1	35,4	15,2	15,1	16,2	51,3
1º Semestre 2024	20,1	16,4	36,5	16,9	16,4	17,9	54,1

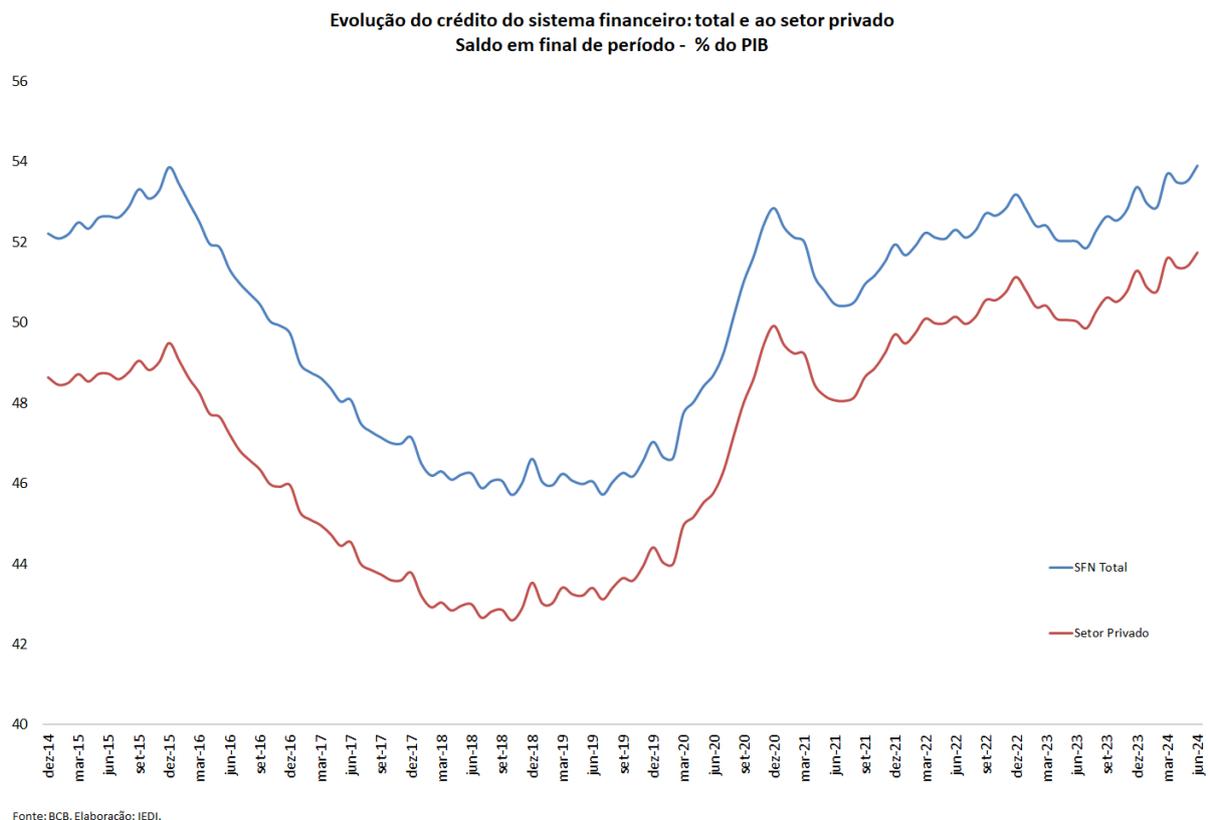
Fonte: BCB. Elaboração IEDI

Notas:

1. Inclui Operações de crédito do sistema financeiro nacional (SFN) bem como empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil; Operações de crédito dos fundos de pensão, de consórcios e das empresas do grupo BNDES; e Operações de crédito de fundos constitucionais não incluídos na carteira do SFN e empréstimos do FIES (Fundo de Financiamento Estudantil).
2. Títulos emitidos no mercado doméstico (debêntures e notas comerciais), bem como parcela de certificados de recebíveis imobiliários (CRI) e do agronegócio (CRA) e da carteira dos fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC), em que os créditos utilizados como lastro são dívidas do setor de empresas. Exclui títulos detidos por não-residentes.
3. Inclui títulos emitidos no exterior e títulos emitidos no mercado domésticos denominados e liquidados em reais detidos por não residentes.
4. Saldos em final de período, defacionados pelo IPCA. Variações com base no último mês de cada semestre.

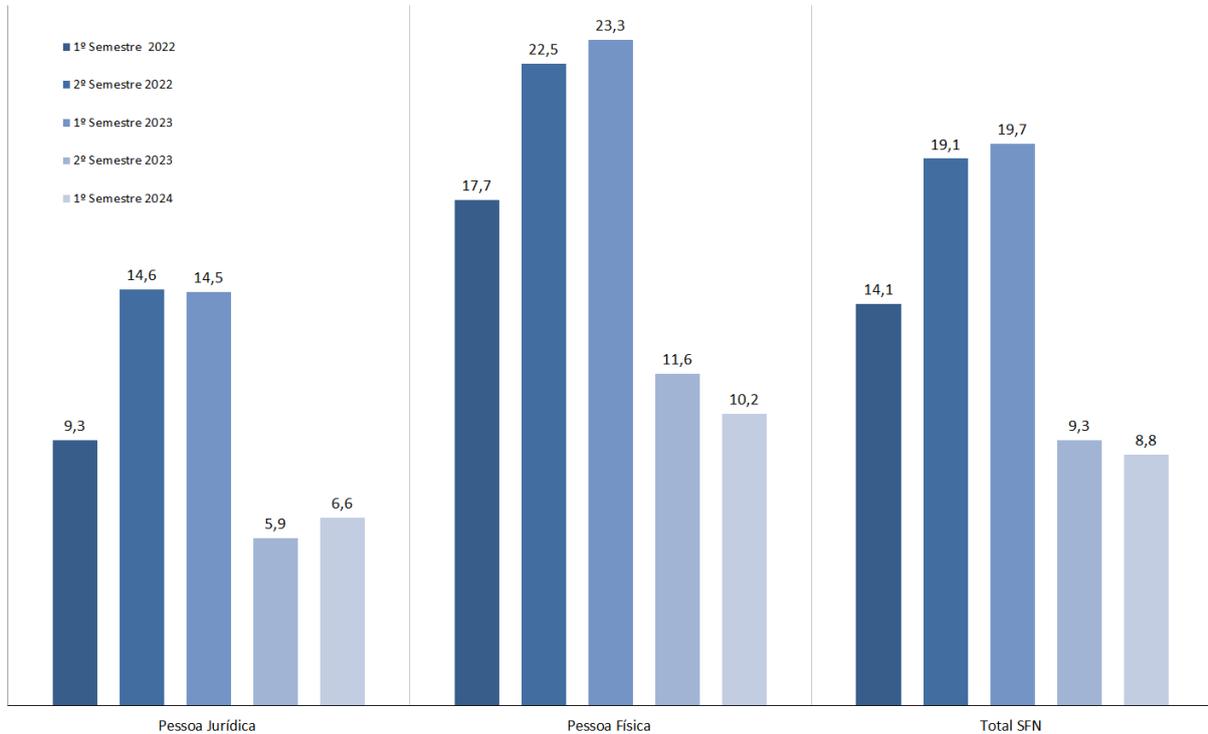
Evolução do estoque de crédito bancário

Ao final do 1º semestre de 2024, o saldo das operações de crédito bancário do Sistema Financeiro Nacional (SFN) alcançou R\$ 5,8 trilhões (equivalente a 53,9% do PIB), com variação real de 4,3% frente a dez/23 e de 8,8% ante jun/23.



Na comparação interanual, observa-se, ao final do 1º semestre de 2024, uma diminuição no ritmo de crescimento do saldo do crédito total do sistema financeiro (-1,5 p.p.), puxado pelo recuo de -1,4 p.p. na taxa de expansão da carteira de crédito concedido às pessoas físicas, o qual não foi compensado pelo aumento real do estoque de crédito destinado às empresas (variação de 6,6%, +0,7 p.p. ante o semestre precedente).

Evolução do estoque de crédito do sistema financeiro
Varição real - Igual semestre do ano anterior (em %)



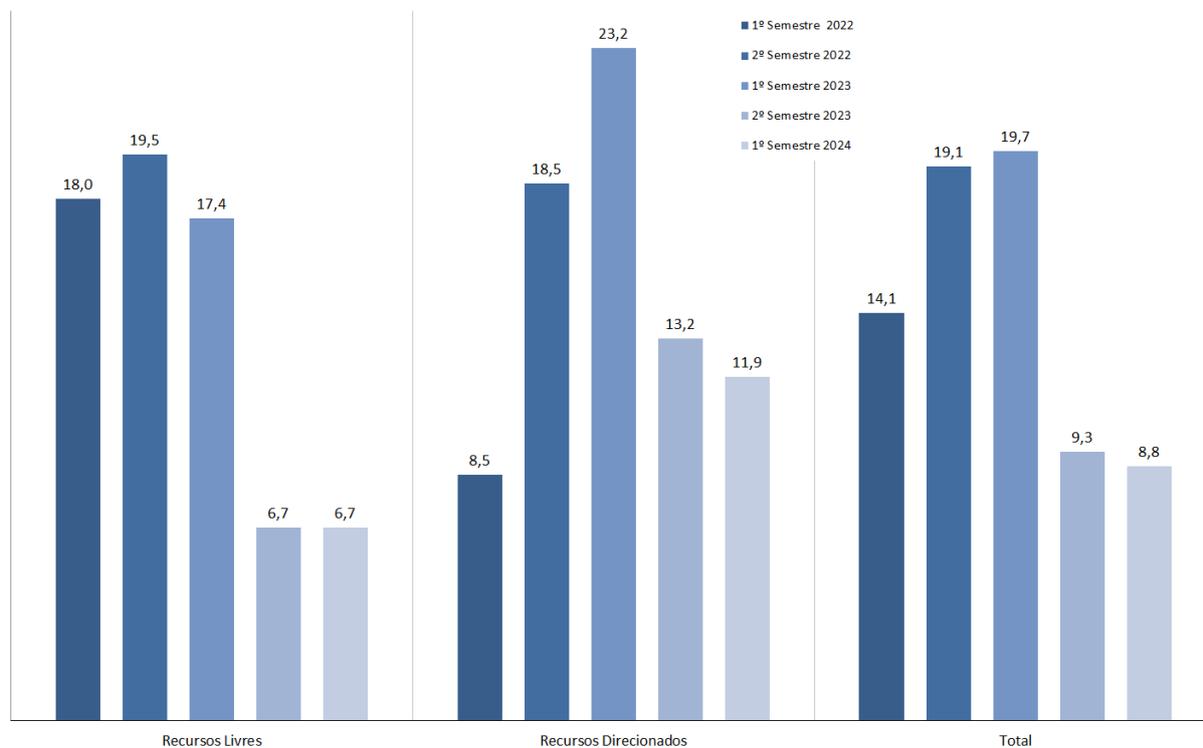
Fonte: BCB. Elaboração: IEDI.

Em termos da origem dos recursos, o saldo das operações com recursos livres, que representam 58,2% do estoque de crédito total do SFN, atingiu R\$ 3,4 trilhões no 1º semestre de 2024, com incremento real de 6,7% frente a igual período do ano anterior.

Já a carteira de crédito com recursos direcionados registrou variação real da ordem de 11,9% na base de comparação interanual, não obstante a perda de ritmo ante o semestre precedente (-1,3 p.p.). O estoque de crédito direcionado atingiu R\$ 2,4 trilhões no final do período janeiro a junho do ano em curso, o que corresponde a 41,8% do crédito total do SFN e 22,5% do PIB.

O saldo da carteira de crédito com recursos livres às pessoas físicas alcançou o patamar de R\$ 1,9 trilhão ao final do 1º semestre de 2024, com crescimento real de 8,4% frente ao mesmo período do ano anterior, mas com recuo de -1,0 p.p. ante o final do 2º semestre de 2023 na base de comparação interanual.

Evolução do estoque de crédito do SFN por origem dos recursos
Varição real - Igual semestre do ano anterior (em %)



Fonte: BCB. Elaboração: IEDI.

A despeito da diminuição do ritmo de expansão, o crescimento das modalidades de crédito com recursos livres às pessoas físicas foi disseminado no 1º semestre de 2024 na comparação com igual semestre do ano anterior, com destaque para cartão de crédito parcelado (+23%), aquisição de veículos (+16,8%), crédito pessoal não consignado (13,8%), aquisição de outros bens (+12,8%), crédito pessoal consignado de beneficiários do INSS (+10,7%) e crédito pessoal total (9,0%).

Em contraposição, cabe ressaltar a forte contração do saldo da modalidade de cartão de crédito rotativo (-20,3% em termos reais), o que indica que as instituições financeiras adotaram a estratégia de priorizar o parcelamento frente a fixação pelo Conselho Monetário Nacional (Resolução CMN nº 5112 de 21-12-2023) do teto de 100% da dívida para os juros que incidem sobre o crédito rotativo, em vigor desde o dia 3 de janeiro de 2024.

O estoque de crédito do SFN com recursos livres às pessoas jurídicas também registrou acréscimo no 1º semestre de 2024, com variação real de 2,5% frente ao semestre precedente e de 4,4% ante o 1º semestre de 2023. Na comparação interanual, observa-se um avanço de 1,0 p.p. nessa carteira ante ao semestre imediatamente anterior (alta de 3,3%).

Na base de comparação com igual semestre de 2023, entre as principais modalidades de crédito com recursos livres para pessoas jurídicas, que impulsionaram essa carteira no período janeiro a junho de 2024, destacam-se: desconto de duplicatas (+12,7%), cartão de crédito (+9,9%), aquisição de veículos (+9,2%), capital de giro com teto rotativo (+8,1%) e aquisição de outros bens (+6,9%).

Cabe mencionar ainda as altas taxas de crescimento das operações referenciadas em moeda estrangeira – financiamento à importação (+26,5) e repasses externos (+7,8%) –, as quais, contudo, possuem pequena participação no estoque de crédito do SFN com recursos livres às pessoas jurídicas.

No sentido oposto, cabe assinalar o forte recuo dos saldos das operações de Compror (-27,4%), desconto de cheques (-10,3%) e de capital de giro (-1,1%), que responde por 31,1% dessa carteira, com destaque para as operações com prazo inferior a 365 dias (-11,8%).

Crédito do sistema financeiro ¹ por origem dos recursos							
	Recursos Livres			Recursos Direcionados			Total
	Pessoa Jurídica	Pessoa Física	Total	Pessoa Jurídica	Pessoa Física	Total	
Saldos em valores reais							
1º Semestre 2023	1.371,8	1.781,5	3.153,3	723,3	1.432,0	2.155,3	5.308,5
2º Semestre 2023	1.397,5	1.838,7	3.236,3	774,1	1.527,8	2.301,9	5.538,2
1º Semestre 2024	1.432,4	1.930,6	3.363,0	800,4	1.611,0	2.411,3	5.774,4
Participação relativa							
1º Semestre 2023	25,8	33,6	59,4	13,6	27,0	40,6	100,0
2º Semestre 2023	25,2	33,2	58,4	14,0	27,6	41,6	100,0
1º Semestre 2024	24,8	33,4	58,2	13,9	27,9	41,8	100,0
Varição real²							
Semestre anterior	2,5	5,0	3,9	3,4	5,4	4,8	4,3
Igual semestre ano anterior	4,4	8,4	6,7	10,7	12,5	11,9	8,8
No ano	2,5	5,0	3,9	3,4	5,4	4,8	4,3
Em % do PIB³							
1º Semestre 2023	13,4	17,5	30,9	7,1	14,0	21,1	52,0
2º Semestre 2023	13,5	17,7	31,2	7,5	14,7	22,2	53,4
1º Semestre 2024	13,4	18,0	31,4	7,5	15,0	22,5	53,9

Fonte: BCB. Elaboração IEDI

Notas:

1. Saldos em final de período das operações de crédito do sistema financeiro nacional (SFN) ao setor privado e ao setor público. Os valores foram deflacionados pelo IPCA.

2. Variações com base no último mês de cada semestre.

3. PIB acumulado nos últimos doze meses

No final do 1º semestre de 2024, o saldo das operações de crédito com recursos direcionados a pessoas físicas atingiu R\$ 1,6 bilhão, com expansão de 12,5% em termos reais na comparação com igual semestre do ano anterior, elevando a 66,8% a participação na carteira de crédito direcionado do SFN. Porém, registrou diminuição de ritmo, com recuo de 1,9 p.p. ante o semestre precedente na base de comparação interanual.

A taxa de crescimento a dois dígitos na base de comparação interanual foi impulsionada pelo expressivo aumento, sobretudo, nas modalidades de crédito rural (+17,4%), com destaque para as operações a taxa de mercado (+35,2%) e de financiamento habitacional (+10,6%), que respondem, respectivamente, por 29,9% e 65,3% da carteira de crédito regulamentado às pessoas físicas.

O estoque dos créditos com recursos do BNDES concedidos às famílias, que representa 4,1% dessa carteira, também registrou forte alta (+17,1%) no 1º semestre de 2024 nessa base de comparação.

Já o saldo das operações com recursos direcionados a pessoas jurídicas alcançou R\$ 800,4 bilhões, com incremento real de 10,7% frente ao mesmo período do ano passado e de 3,4% ante dezembro de 2023. Esse desempenho reflete o vigoroso crescimento, na base de comparação interanual, do crédito rural (+55,8%), impulsionado pelas operações a taxas de mercado (+117,3%) que já responde por 66,5% da carteira de crédito rural ao setor corporativo com recursos direcionados, bem como do financiamento imobiliário (+27,6%).

O estoque dos créditos com recursos do BNDES, que respondem por 49,3% do estoque da carteira direcionada às pessoas jurídicas, registrou expansão real de 3,9% nessa mesma base de comparação, impulsionado pelo aumento das operações de capital de giro (+113,6%) e de financiamento agroindustrial (+17,6%).

Frente ao 1º semestre de 2023, o saldo das operações de financiamento ao investimento, que responde por 93% das operações do BNDES com pessoas jurídicas, registrou incremento de apenas 1,8% em termos reais.

Do estoque total de crédito do SFN, ao final do 1º semestre do ano em curso, 96% se referem aos créditos concedidos ao setor privado (R\$ 5,5 trilhões, equivalente a 51,7% do PIB). Na comparação interanual, o saldo do crédito ao setor privado registrou aumento real de 8,6%, com recuo de -0,7 p.p. ante o 2º semestre de 2023 (+9,2%).

Esse resultado foi impulsionado pelo expressivo crescimento do saldo da carteira de pessoas físicas (+10,2%), em magnitude bem superior ao saldo da carteira de pessoas jurídicas (+5,8%) frente a igual semestre do ano anterior.

O maior dinamismo das operações com as pessoas físicas, que são relativamente mais simples de avaliar e mais lucrativas para as instituições financeiras, acarretou a ampliação em 0,9 p.p. da participação dessa carteira no estoque total de crédito ao setor privado, que atingiu 63,9% no final do 1º semestre de 2024 (63,0% em junho de 2023).

Crédito do sistema financeiro ao setor privado por tipo de clientes

	Pessoa Jurídica	Pessoa Física	Total
Saldos em valores reais¹			
1º Semestre 2023	1.891,2	3.213,4	5.104,6
2º Semestre 2023	1.955,2	3.366,6	5.321,7
1º Semestre 2024	2.000,6	3.541,6	5.542,2
Participação relativa			
1º Semestre 2023	37,0	63,0	100,0
2º Semestre 2023	36,7	63,3	100,0
1º Semestre 2024	36,1	63,9	100,0
Variação real²			
Semestre anterior	2,3	5,2	4,1
Igual semestre ano anterior	5,8	10,2	8,6
No ano	2,3	5,2	4,1
Em % do PIB³			
1º Semestre 2023	18,5	31,5	50,0
2º Semestre 2023	18,8	32,4	51,3
1º Semestre 2024	18,7	33,1	51,7

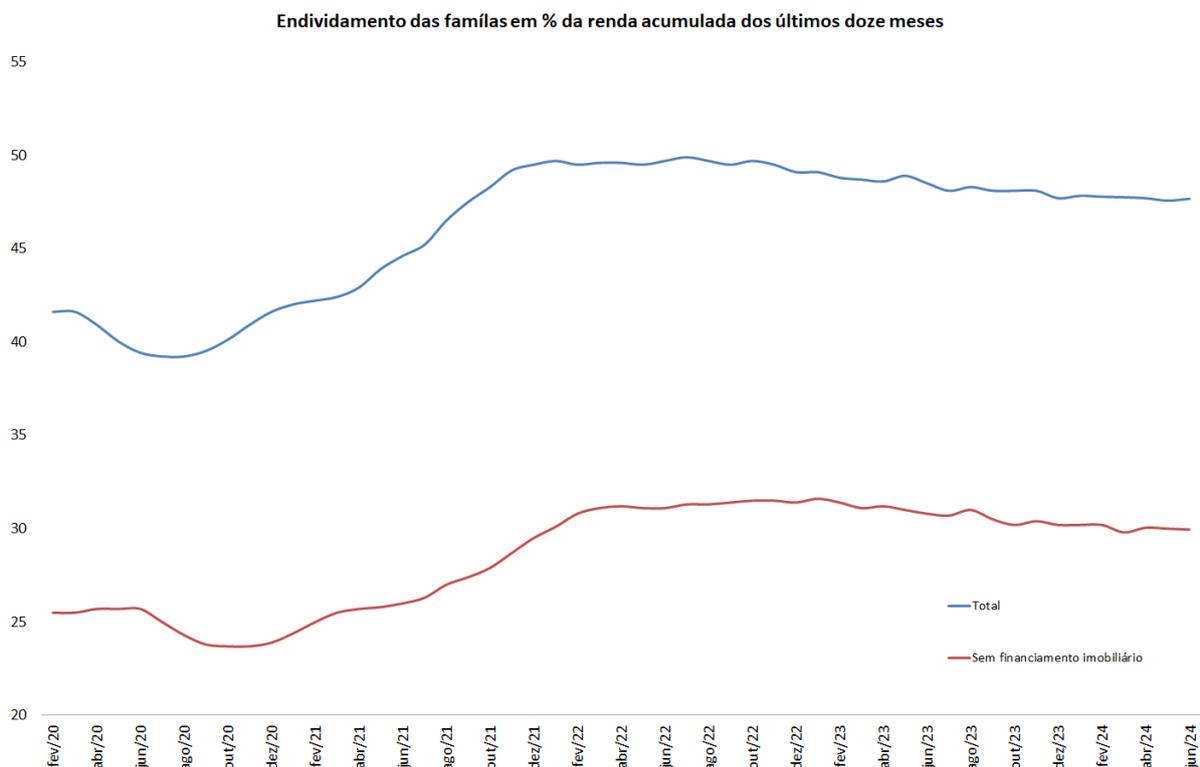
Fonte: BCB. Elaboração IEDI

Notas:

1. Saldos em final de período deflacionados pelo IPCA.
2. Variações com base no último mês de cada semestre.
3. PIB acumulado nos últimos doze meses

Endividamento das famílias

A análise da evolução do endividamento das famílias em relação à renda acumulada nos últimos doze meses mostra relativa estabilidade nos últimos meses. O endividamento total se manteve próximo de 47,7% desde o final do ano de 2023. Em junho de 2024 ficou na marca de 47,67% ante 48,5% em junho de 2023.



Fonte: BCB. Elaboração: IEDI.

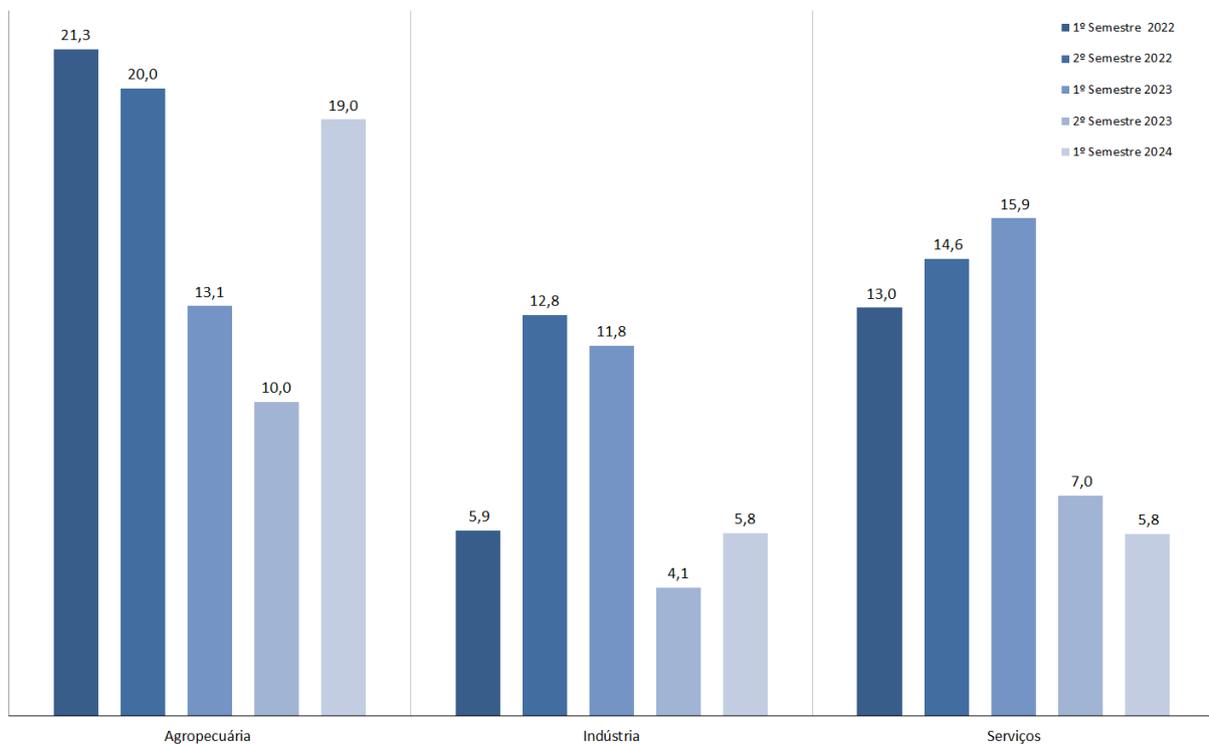
Quando se exclui o financiamento imobiliário, o endividamento das famílias recuou um pouco abaixo da marca de 30%, em torno na qual se manteve na segunda metade de 2023. Em junho de 2024, registrou 29,85% ante 30,5% em junho de 2023.

Essa redução do endividamento das famílias, ainda que modesta nos últimos meses, vem sendo possível graças à expansão do emprego e do seu rendimento real, mas também pode ter contado com a ajuda do Programa Desenrola, que viabilizou a redução das dívidas das pessoas físicas junto ao comércio, instituições financeiras e faculdades.

Evolução do crédito corporativo por setor econômico e porte da empresa

No 1º semestre de 2024, na base de comparação interanual, os estoques de crédito concedidos pelas instituições financeiras aos três principais setores econômicos – agropecuária, indústria e serviços – registraram variação real positiva. Todavia, houve ganho no ritmo de expansão das operações de crédito apenas nos setores da agropecuária (+9,0 p.p.) e da indústria (+1,7) ante o semestre precedente.

Evolução do estoque de crédito do sistema financeiro ao setor corporativo por setor de atividade
Variação real em relação a igual semestre do ano anterior (%)



Fonte: BCB. Elaboração: IEDI.

O saldo da carteira de crédito rural corporativo, que responde por apenas 2,3% do crédito do SFN às pessoas jurídicas, foi o que registrou maior taxa de variação: 19,0% em termos reais frente ao final do 1º semestre de 2023, o que resultou em ganho de 0,3 p.p. na participação do setor nessa carteira.

Na comparação com o final do 2ª semestre de 2023, o saldo das operações de crédito contratadas pelas empresas agropecuárias avançou 5,8% em termos reais no 1º semestre de 2024, aumento superior ao registrado nas carteiras das empresas industriais e de serviços.

Já o estoque de crédito contratado pelas empresas do setor de serviço cresceu 5,8% em termos reais na base de comparação interanual. Todavia, manteve-se em trajetória de desaceleração, registrando recuo de -1,2 p.p. ante o semestre precedente.

Na comparação com o 2º semestre de 2023, o estoque de crédito concedido ao setor de serviço aumentou apenas 1,8% em termos reais. O arrefecimento da expansão das operações de crédito às empresas de serviço se traduziu em recuo na participação relativa do setor na carteira de crédito corporativo do SFN, que caiu por 59,6% no final do 1º semestre de 2024 (59,8% no 1º semestre de 2023).

O saldo das operações de crédito às empresas do setor industrial também registrou taxa real de crescimento de 5,8% no 1º semestre do ano em curso frente a igual período do ano anterior. Porém, o menor ritmo de expansão dessa carteira comparativamente à de crédito rural resultou em perda de -0,1 p.p. na participação relativa das empresas industriais no crédito corporativo total.

Frente ao fim do 2º semestre de 2023, as operações de crédito ao setor industrial registraram incremento real de 3,8% no final do período janeiro a junho de 2024, inferior apenas ao verificado nas operações de crédito com as empresas do setor agropecuário.

Crédito do SFN por porte da empresa e por setor de atividade no 1º Semestre de 2024							
	Porte das empresas ¹			Setor de atividade			Total ⁵
	MPMe	Grande	Agropecuária	Indústria ²	Serviços ³	Outros ⁴	
Saldos em valores reais⁶							
1º Semestre 2023	974,2	1.140,6	43,0	803,5	1.263,7	4,5	2.114,7
2º Semestre 2023	1.000,5	1.184,6	48,4	819,4	1.313,3	4,0	2.185,1
1º Semestre 2024	1.015,5	1.227,6	51,2	850,4	1.337,2	4,3	2.243,1
Participação relativa							
1º Semestre 2023	45,4	54,6	2,0	38,0	59,8	0,2	100,0
2º Semestre 2023	45,7	54,3	2,2	37,5	60,1	0,2	100,0
1º Semestre 2024	45,3	54,7	2,3	37,9	59,6	0,2	100,0
Varição real⁶							
Semestre anterior	1,5	3,6	5,8	3,8	1,8	6,4	2,7
Igual semestre ano anterior	4,2	7,6	19,0	5,8	5,8	-3,4	6,1
No ano	1,5	3,6	5,8	3,8	1,8	6,4	2,7
Em % do PIB							
1º Semestre 2023	10,0	11,7	0,4	7,9	12,4	0,0	20,7
2º Semestre 2023	9,6	11,4	0,5	7,9	12,7	0,0	21,1
1º Semestre 2024	9,5	11,5	0,5	7,9	12,5	0,0	20,9

Fonte: BCB. Elaboração IEDI

Notas:

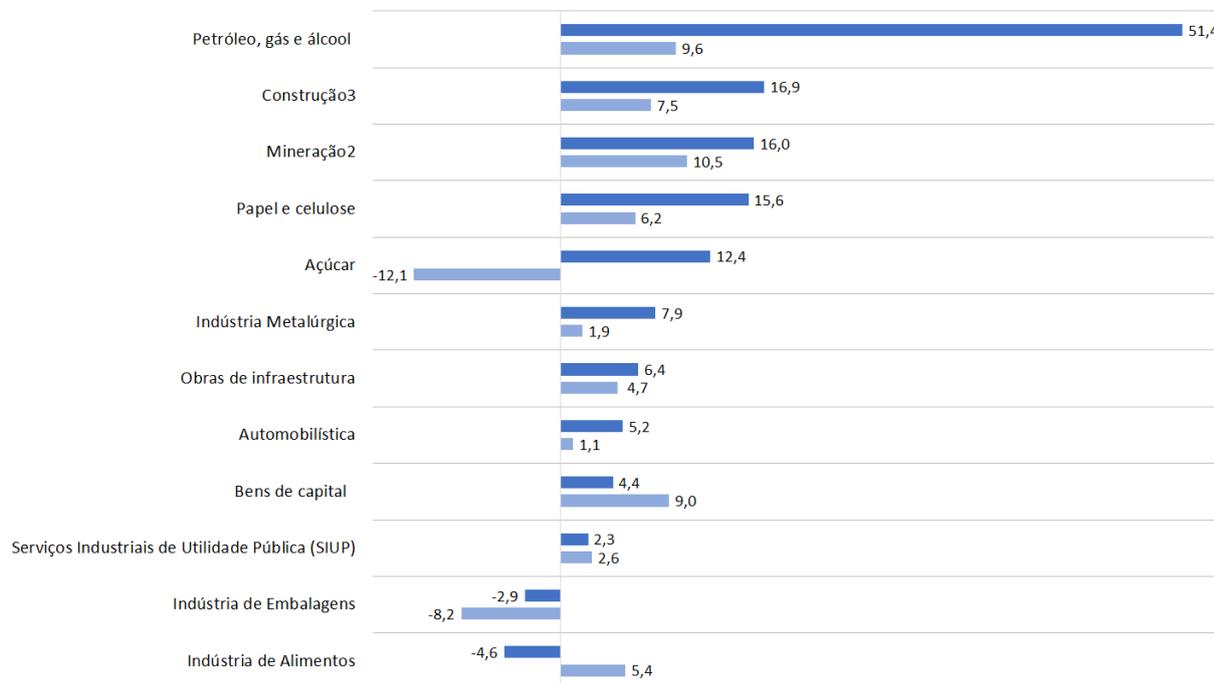
1. Os critérios para classificação por porte são: Micro, Pequena e Média Empresa (MPME) - receita bruta anual até R\$300 milhões ou ativo total até R\$240 milhões; Grande Empresa - receita bruta anual acima de R\$300 milhões ou ativo total superior a R\$240 milhões.
2. Inclui indústria extrativa, indústria de transformação; construção; Serviços industriais de utilidade pública (SIUP); Obras de infraestrutura.
3. Inclui comércio, transporte, administração pública, serviços imobiliários, serviços de informação e comunicação, demais serviços às famílias e às empresas e serviços financeiros.
4. Inclui o saldo de "Entidades no exterior" que se refere a operações com entidades com sede no exterior.
5. O saldo total pode divergir das estatísticas agregadas de crédito do SFN divulgadas pelo BCB na Nota para Imprensa sobre as Estatísticas Monetárias e de Crédito.
6. Saldo em final de período, deflacionados pelo IPCA. Variações com base no último mês de cada semestre.

Na base de comparação interanual, a maioria (11) dos dezesseis ramos industriais registrou crescimento real nos estoques de crédito destinado à indústria no 1º semestre de 2024 ante igual semestre do ano anterior. Os principais destaques nessa base de comparação foram: petróleo e gás (+51,4%), construção (+16,9%), mineração (+16,0%), papel e celulose (+15,6%), açúcar (+12,4%), e indústria metalúrgica (+7,9%).

Em contraposição, nessa base de comparação, registraram queda real no 1º semestre do ano em curso os estoques de crédito destinados a cinco ramos da indústria, com destaque para a indústria de alimentos (-4,6%).

Todavia, frente o final do 2º semestre de 2023, a ampliação dos estoques de crédito foi mais disseminada, alcançando treze dos dezesseis ramos industriais. Os ramos que mais ampliaram, em termos reais, seu acesso muita acima da média do setor industrial aos empréstimos e financiamento nessa base de comparação foram: mineração (+10,5%), petróleo e gás (+9,6%), bens de capital (+9,0%) e construção (+7,5%).

Crédito do sistema financeiro à indústria por setores de atividade selecionados no 1º Semestre de 2024
Saldo em fins de período - Variação real¹ (%)



Fonte: BCB. Elaboração IEDI.

Notas: 1. Valores deflacionados pelo IPCA.

2. Não inclui extrações de petróleo e gás, que estão classificadas em "Petróleo, gás e álcool".

3. Refere-se à construção imobiliária, excluindo obras de infraestrutura. Inclui fabricação de insumos para a construção.

No sentido oposto, no 1º semestre do ano em curso, destaca a forte queda do saldo de crédito destinado à indústria de açúcar (-12,1%), em provável reflexo da sazonalidade da necessidade de capital de giro desse ramo de atividade, e à indústria de embalagens (-8,2%).

No corte por porte das empresas, as estatísticas de crédito do BCB mostram que no 1º semestre de 2024, o estoque de crédito às grandes empresas alcançou R\$ 1,1 trilhão, crescendo 7,6% em termos reais na comparação com igual semestre do ano anterior e 3,6% ante ao final do semestre precedente. Este aumento foi superior ao registrado pela carteira de crédito às empresas de pequeno porte em ambas as bases de comparação: + 4,2% e 1,5%, respectivamente.

Com esse menor crescimento real relativo, o estoque de crédito na carteira das operações com as MPME se manteve, no final do 1º semestre de 2024, no patamar de R\$ 1,0 trilhão, perdendo participação relativa (-0,4 p.p.) nos saldos totais de crédito corporativo.

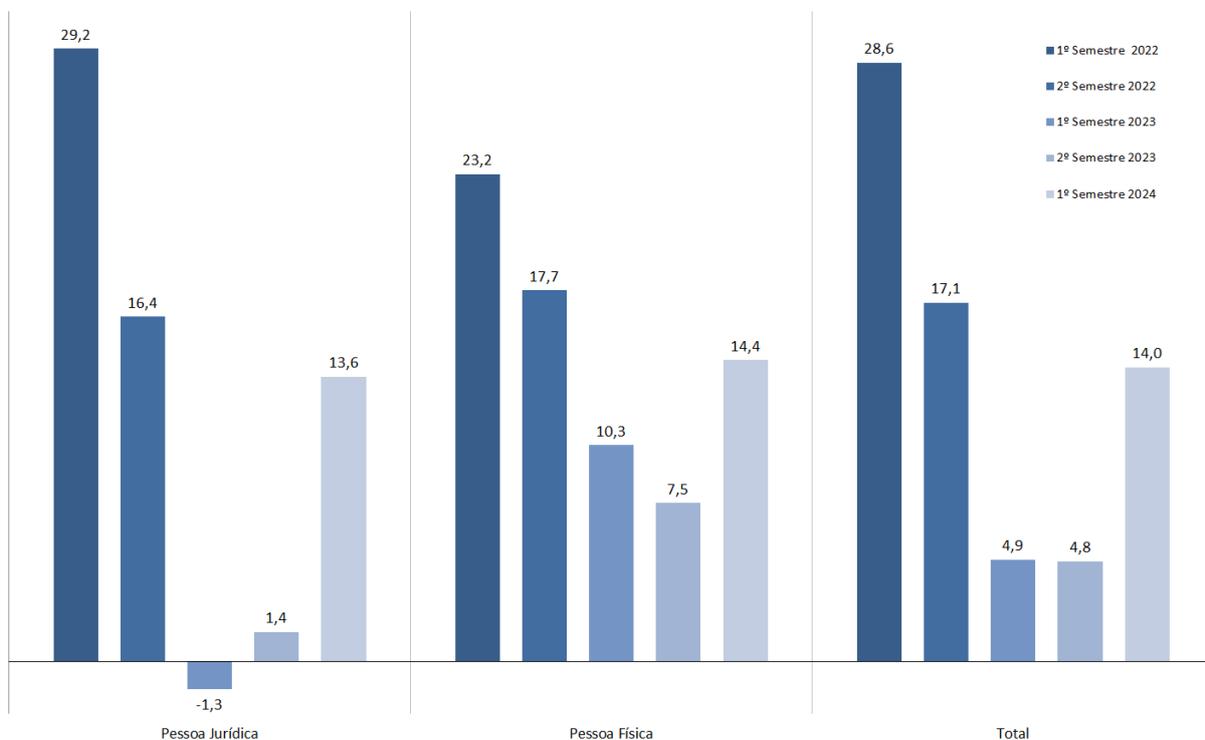
Evolução real das concessões

De acordo com os dados divulgados pelo BCB, no 1º semestre de 2024, as novas concessões de crédito do SFN somaram R\$ 3.325,5 bilhões (média mensal de R\$ 554,1 bilhões), o que representa uma elevação real de 14,0% em relação a igual semestre do ano anterior, quando deflacionado pelo IPCA mensal.

Esse desempenho decorreu do forte ritmo de expansão tanto das novas concessões de crédito às pessoas físicas (+14,4%) como das novas operações de crédito às pessoas jurídicas (+13,6%), que voltaram a registrar crescimento a dois dígitos nessa base de comparação.

Frente ao resultado do 2º semestre de 2023, as novas concessões de crédito às pessoas jurídicas avançaram 12,2 p.p., enquanto as novas operações de crédito registram acréscimo de 6,8 p.p. na comparação interanual. Todavia, mesmo com a intensificação do ritmo de concessão de crédito às empresas, a participação dessa carteira no total das novas concessões de crédito do SFN diminuiu -0,2 p.p., caindo para 44,0%.

Evolução das concessões de crédito do SFN
Variação real do acumulado no semestre em relação a igual semestre do ano anterior (Em %)



Fonte: BCB. Elaboração: IEDI.

No acumulado em doze meses terminados em junho de 2024, o volume das novas concessões totais de crédito cresceu 9,2% em termos reais frente ao período de doze meses antecedentes, refletindo o aumento tanto das novas operações de crédito com pessoas físicas (+10,9%) como das novas contratações com pessoas jurídicas (+7,2%).

Evolução do Crédito - Concessões¹ e Juros²

	1º Semestre 2023	2º Semestre 2023	1º Semestre 2024	Varição Igual Semestre 2023	Ano	12 meses
Concessões Reais¹	R\$ bilhões			%		
Total	2.917,0	3.291,5	3.325,5	14,0	14,0	9,2
Pessoa Jurídica	1.287,9	1.438,3	1.462,6	13,6	13,6	7,2
Pessoa Física	1.628,9	1.853,3	1.862,8	14,4	14,4	10,9
Recursos Livres	2.632,8	2.869,1	2.993,3	13,7	13,7	8,9
Recursos Direcionados	284,0	422,5	332,1	16,9	16,9	11,3
Taxas Médias de Juros Reais	% a.a.			p.p.		
Total	25,8	24,0	22,9	-3,0	-3,0	0,1
Pessoa Jurídica	15,8	14,0	13,9	-1,8	-1,8	0,1
Pessoa Física	31,1	29,1	27,2	-3,9	-3,9	-0,4
Recursos Livres	38,0	36,3	34,6	-3,3	-3,3	0,6
Recursos Direcionados	6,8	5,8	6,0	-0,9	-0,9	0,7
Prazos médios³	número de meses					
Total	122,5	123,3	125,2	2,6	2,6	2,8
Pessoa Jurídica	58,0	55,0	54,6	-3,4	-3,4	-0,1
Pessoa Física	168,8	171,2	173,2	4,4	4,4	3,9
Recursos Livres	43,9	45,6	45,7	1,8	1,8	1,6
Recursos Direcionados	213,0	209,3	211,6	-1,3	-1,3	-1,6

Fonte: BCB. Elaboração IEDI

Notas:

1. Valores das concessões acumulados no semestre, deflacionados pelo IPCA. Eventuais diferenças nas totalizações são resultado de arredondamento. A variação no igual semestre do ano anterior é da seguinte maneira: concessões acumuladas nos últimos seis meses/concessões acumuladas nos mesmos seis meses do ano anterior, enquanto a variação no ano: concessões acumuladas nos meses do ano em curso/concessões acumuladas em igual período do ano anterior. Em 12 meses: concessões acumuladas nos últimos 12 meses/concessões acumuladas nos 12 meses antecedentes.
2. As variações dos juros são calculadas por diferença entre as médias dos semestres.
3. As variações dos prazos médios são calculadas por diferença entre as médias dos semestres.

No corte por origem dos recursos, no 1º semestre de 2024, as novas contratações de crédito com recursos livres, que respondem por 90,0% das novas concessões de crédito do SFN, registraram alta de 13,7% frente a igual semestre de 2023. Já as novas operações de crédito com recursos direcionados cresceram 16,9% em termos reais nessa mesma base de comparação.

As novas concessões de crédito às pessoas físicas a partir de recursos livres totalizaram R\$ 1.638,4 bilhões no 1º semestre de 2024, com crescimento real da ordem de 14,1% na comparação com igual período de 2023. No período de doze meses terminados em junho de 2024, as novas operações livremente pactuadas com as famílias registraram elevação real de 11,1% na comparação com o acumulado nos doze meses antecedentes.

Na comparação interanual, entre as modalidades de concessões de crédito às pessoas físicas a partir de recursos livres, destaca-se o aumento real das operações de crédito pessoal consignado de beneficiários do INSS (+56,2%), para aquisição de veículo (+39,8%), crédito pessoal não consignado (+30,4%), cartão de crédito parcelado (+29,5%), crédito pessoal total (27,4%) e aquisição de outros bens (+23,9%).

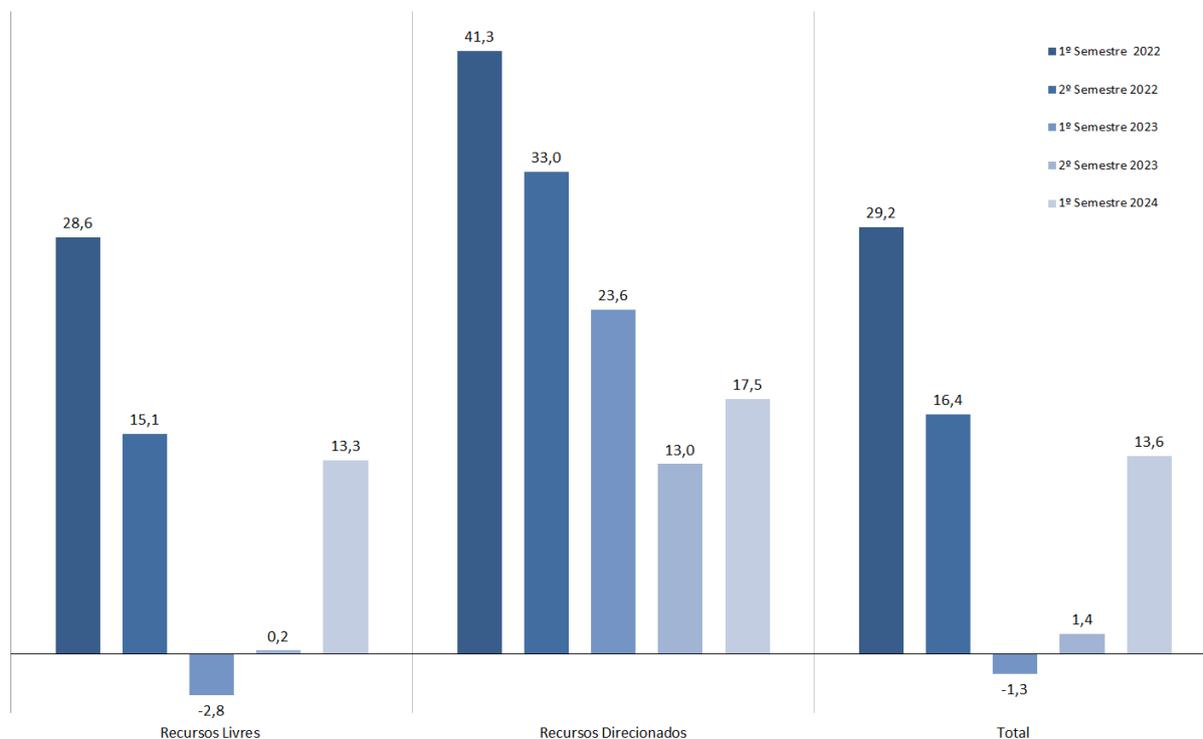
Em contraste, ressalte-se a forte queda real nas novas contratações de crédito modalidades de desconto de cheque (-26,8%) e de crédito renegociado (-25,4%) no 1º semestre de 2024 ante igual semestre do ano anterior.

As novas contratações de crédito com recursos livres no segmento de pessoas jurídicas somaram R\$ 1.355,1 bilhões, em termos reais, no período de janeiro a junho de 2024, com alta de 13,3% ante ao volume acumulado no 1º semestre de 2023. No período de doze meses terminados em junho do ano em curso, as novas concessões nessa carteira cresceram 6,5% ante igual período antecedente.

Entre as principais modalidades de crédito com recursos livres nas novas concessões a pessoas jurídicas, a expansão mais expressiva na base de comparação interanual foi registrada na modalidade de antecipação de fatura de cartão (+49,6%), seguidas pelas modalidades conta garantida (+38,5%), cartão de crédito (+14,6%), com destaque para a modalidade à vista (+19,0%) e aquisição de veículos (+14,6%).

Mencione-se ainda o aumento das novas contratações na modalidade de desconto de duplicada (+8,8%), que responde por 27,9% das novas concessões de crédito corporativo.

Evolução das concessões de crédito do SFN às pessoas jurídicas
Variação real do acumulado no semestre em relação a igual semestre do ano anterior (Em %)



Fonte: BCB. Elaboração: IEDI.

No sentido oposto, no 1º semestre de 2024, os recuos mais acentuados nas novas contratações de crédito corporativo livremente pactuadas ocorreram nas modalidades de desconto de cheques (-30,3%), outros créditos (-16,9%) e comprar (-13,3%).

Já na carteira de crédito direcionado a pessoas jurídicas, as novas concessões totalizaram R\$ 107,6 bilhões no 1º semestre de 2024, com variação real positiva da ordem de 17,5% na comparação com igual semestre de 2023.

Esse desempenho resultou do forte avanço das novas concessões de crédito rural, que cresceram 45,2% em termos reais, totalizando R\$ 23,2 bilhões no período janeiro a junho, devido, sobretudo, ao grande dinamismo das operações a taxa de mercado (+102,2%), uma vez que as novas contratações com juros regulados registraram variação real negativa (-9,3%).

Ressalte-se ainda o expressivo incremento das novas concessões do BNDES (+20,8%), que representam 29,8% das novas concessões de crédito corporativo direcionado, impulsionado pelas operações de capital de giro (+157,2%) e agroindustrial (+36,3%).

Nessa carteira, as novas concessões registradas como “outros”, que incluem as composições de dívidas e financiamentos com recursos de programas públicos de crédito,

como Pronampe e as medidas de auxílio direcionadas ao Rio Grande do Sul, registraram o aumento real de +3% frente igual semestre de 2023.

No acumulado em doze meses terminados em junho de 2024, o volume de novas concessões de crédito corporativo com recursos direcionados cresceu 14,9% em termos reais na comparação com os dozes meses precedentes. Esse resultado reflete as variações positivas verificadas nas carteiras de crédito rural (72,0%), financiamento imobiliário (17,2%) e BNDES (6,2%). Já as novas concessões classificadas como “outros” registraram retração da ordem de -8,6% em termos reais nessa mesma base de comparação.

Na carteira de crédito direcionado a pessoas físicas, as novas concessões somaram R\$ 224,5 bilhões no 1º semestre de 2024 (valores deflacionados pelo IPCA mensal). No cotejo com o igual período de 2023, essa carteira registrou o alta de 16,8% em termos reais, puxado pelo incremento das novas concessões de financiamento imobiliário (+23,1%), que responde por 48% das novas contratações dessa carteira.

Mencione-se ainda, o aumento nas novas concessões de crédito rural (+8,9%), com destaque para novas operações a taxas de mercado (+29,5%), de financiamento do BNDES (+49,1%) e microcrédito (+16,4%).

No período de doze meses terminados em junho de 2024, as novas concessões de crédito direcionado às famílias registram incremento real de 9,7% em termos reais ante ao acumulado nos dozes meses antecedentes.

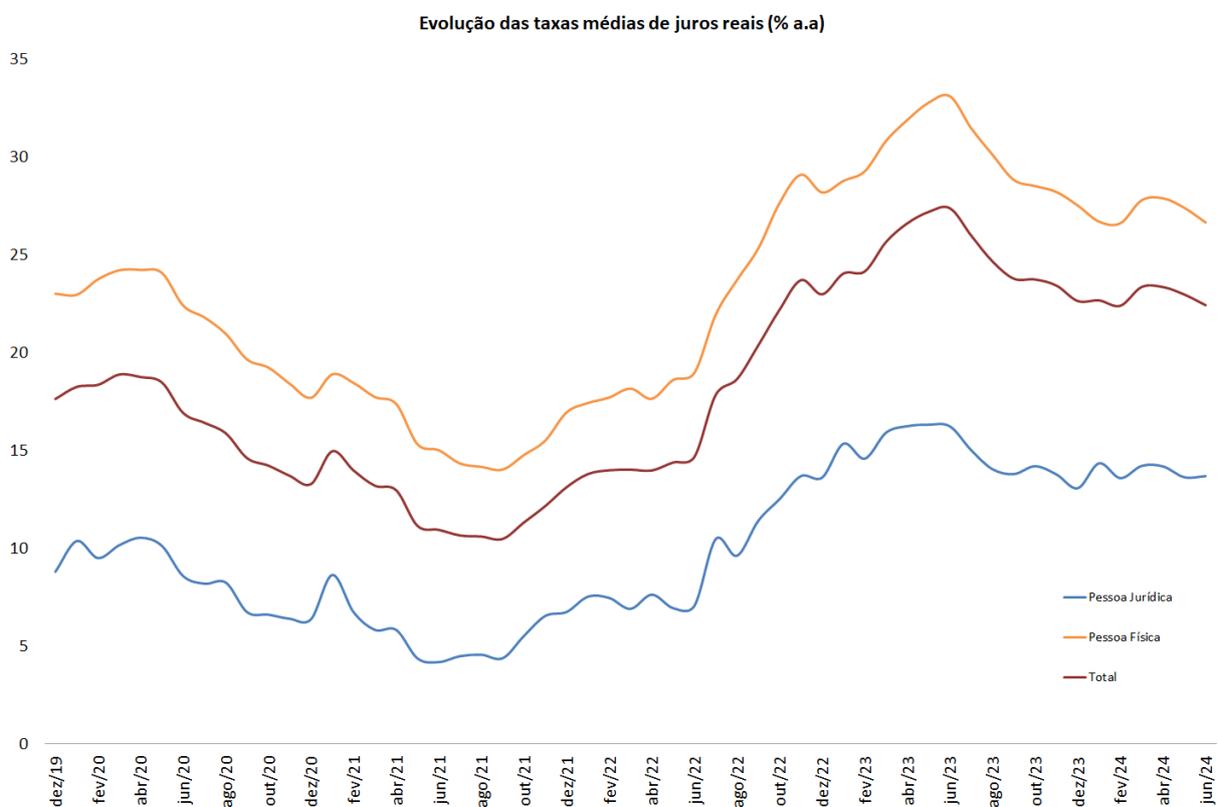
Nessa base de comparação, destacam-se as novas operações de crédito do BNDES (19,2%), financiamento imobiliário (11,4%) e crédito rural (6,8%), impulsionadas pelas novas contratações a taxas de mercado (+25,7%).

No que se refere ao prazo médio do agregado das novas contratações de crédito, observa-se que, no 1º semestre de 2024, houve uma pequena ampliação de prazo tanto em comparação com igual semestre de 2023 (+2,6 meses) como em doze meses terminados em junho (+2,8 meses), alcançando 125,2 meses.

Esse resultado foi puxado pelos aumentos de prazo nas novas operações de crédito na carteira de pessoas físicas (+4,4 meses) e de crédito com recursos livres (+1,8 mês) na comparação com igual semestre do ano anterior. Em contraste, nessa base de comparação, houve redução nos prazos médios nas novas concessões de crédito corporativo (-3,4 meses) e de crédito direcionado (-1,3 mês).

Juros e inadimplência

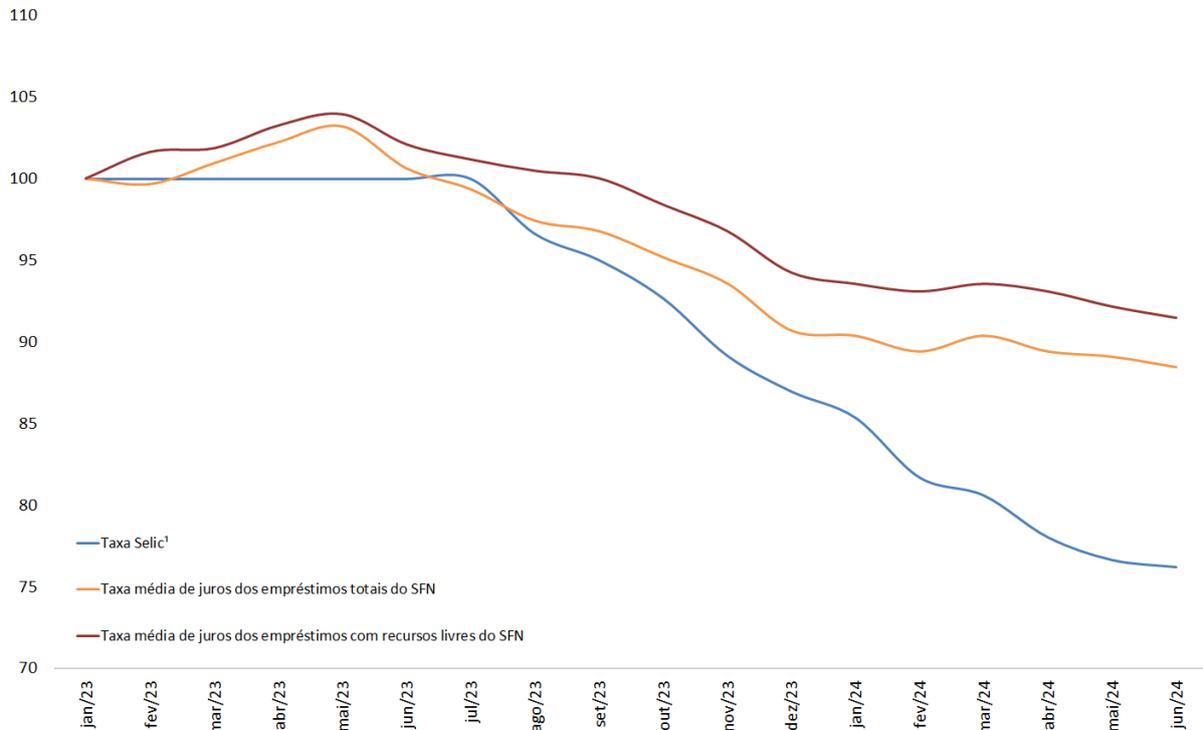
No 1º semestre de 2024, ocorreu um ligeira melhora nas condições de crédito do SFN. A taxa média de juros reais dos totais de empréstimos e financiamentos recuou 5 p.p. na comparação com igual semestre do ano anterior, passando de 27,4% para 22,4% ao ano, atingindo o menor patamar desde outubro de 2022 (22,2% a.a.). Na comparação com o 2º semestre de 2023, contudo, o recuo dos juros médios reais foi de apenas -0,2 p.p.



Fonte: BCB. Elaboração: IEDI.

Essa diminuição dos juros reais médios do SFN se deu em um contexto de seis cortes consecutivos de 0,5% pelo BCB da taxa básica de juros (taxa Selic) entre os meses de agosto de 2023 e março de 2024 e de 0,25% em maio do corrente ano. Desde então, após essa redução em -3,5 p.p., a taxa Selic se manteve no patamar de 10,5% a.a., em termos nominais, o mais baixo desde o mês de fevereiro de 2022 (9,75% a.a.), voltando a ser elevada mais recente, em setembro de 2024 (10,75% a.a.).

Ritmo de queda da Selic e das Taxas de Juros de Empréstimos Bancários - Valores Nominais
Número Índice - Base: Jan/23 = 100



Fonte: BCB. Elaboração: IEDI.
Nota: 1. Selic acumulada no mês anualizada.

Na base de comparação interanual, a redução na taxa média de juros reais do crédito do SFN foi impulsionada, sobretudo, pela menor taxa média de juros reais da carteira de crédito às famílias, que passou de 33,1% para 26,6% a.a. (-6,5 p.p.). Nessa base de comparação, os juros reais da carteira de crédito corporativo também diminuíram, porém, em menor medida (-2,5 p.p.), encerrando 1º semestre de 2024 no patamar de 13,7% a.a..

No corte por origem de recursos, a taxa média de juros reais caiu para 33,9% a.a. (-5,8 p.p. ante igual semestre de 2023) nas operações com recursos livres no 1º semestre do ano em curso, enquanto na carteira de crédito direcionado a taxa média de juros reais recuou para 6,1% a.a. (-2,2 p.p.).

Essa redução dos juros reais médios na carteira de crédito livremente pactuado reflete, especialmente, a queda da taxa média de juros reais da carteira de crédito livre às famílias para 45,5% a.a. (-8,7 p.p.), diante do forte decréscimo das taxas das modalidades de cartão de crédito (-20,0 p.p.), desconto de cheque (-6,5 p.p.), o crédito pessoal não consignado (-5,3 p.p.) e crédito consignado de beneficiários do INSS (-4,8 p.p.).

Na carteira de crédito corporativo com recursos livre, os juros médios reais caíram 3,0 p.p. na base de comparação interanual, encerrando o 1º semestre no patamar de 16,0% a.a.. Os maiores recuos ocorreram nas modalidades de cheque especial (-12,1 p.p.), desconto de cheque (-7,1 p.p.), desconto de duplicada (-5,0 p.p.), antecipação de faturas de cartão de crédito (-4,8 p.p.), capital de giro com teto rotativo (-4,2 p.p.). Em contraste, houve alta no custo do cartão de crédito rotativo (+27,5 p.p.) e do parcelado (+14,2 p.p.).

Na base de comparação interanual, a diminuição da taxa média de juros reais da carteira de crédito direcionado reflete a queda nas taxas de juros tanto na carteira de operações direcionadas com pessoas físicas (-2,6 p.p.) quanto na carteira de operações de crédito direcionados às pessoas jurídicas (-0,6 p.p.).

Os juros médios reais na carteira de crédito direcionado às famílias encerram o 1º semestre no patamar de 5,6% a.a., com recuo nas taxas praticadas em todas as principais modalidades, com destaque para crédito rural a taxa de mercado (-3,8 p.p.), BNDES (-2,8 p.p.) e financiamento imobiliário (-2,5 p.p.).

Na carteira de crédito direcionado às empresas, os juros médios reais caíram para 7,8% a.a. no final do 1º semestre de 2024. As modalidades de crédito que registram maior queda nas taxas foram: financiamento de capital de giro do BNDES (-3,8 p.p.), crédito rural a taxas de mercado (-2,8 p.p.) e financiamento imobiliário a taxas reguladas (-2,4 p.p.).

Crédito do sistema financeiro - Juros e Inadimplência em final de período¹

	1º Semestre 2023	2º Semestre 2023	1º Semestre 2024	Varição Semestre Anterior	Varição Igual Semestre 2023	Ano
Taxas Médias de Juros Reais²	% a.a.			p.p.		
Total	27,4	22,6	22,4	-0,2	-5,0	-0,2
Pessoa Jurídica	16,2	13,1	13,7	0,6	-2,5	0,6
Pessoa Física	33,1	27,5	26,6	-0,9	-6,5	-0,9
Recursos Livres	39,8	34,6	33,9	-0,6	-5,8	-0,6
Recursos Direcionados	8,3	5,2	6,1	0,9	-2,2	0,9
Inadimplência Média	% a.a.			p.p.		
Total	3,5	3,2	3,2	0,0	-0,3	0,0
Pessoa Jurídica	2,5	2,5	2,6	0,1	0,1	0,1
Pessoa Física	4,2	3,7	3,7	0,0	-0,5	0,0
Recursos Livres	4,9	4,5	4,6	0,1	-0,3	0,1
Recursos Direcionados	1,6	1,3	1,4	0,1	-0,2	0,1

Fonte: BCB. Elaboração IEDI.

Notas:

1. Variações calculadas com base no último mês de cada semestre.

2. Deflacionado pelo IPCA.

Frente ao semestre precedente, houve redução das taxas médias de juros reais nas carteiras de crédito às famílias (-0,9 p.p.) e de crédito com recursos livres (-0,6 p.p.), impulsionada, exclusivamente, pela queda nas taxas das operações de crédito com pessoas físicas (-1,8p.p.). Já as carteiras de crédito às pessoas jurídicas e de crédito direcionado registram alta, respectivamente, de +0,6 p.p. e +0,9 p.p. nessa base de comparação.

Na carteira de crédito corporativo com recursos livres, a taxa média de juros reais aumentou 0,4 p.p. ante o 2º semestre de 2023, puxada pela alta dos juros cobrados nas modalidades de cartão de crédito rotativo (+66,7 p.p.), cheque especial (+15,3 p.p.).

Já na carteira de crédito direcionado, na mesma base de comparação, os juros reais médios cobrados das empresas subiram +1,3 p.p., enquanto nas operações com as famílias a alta dos juros médios foi menor: +0,8 p.p. Na carteira de crédito direcionado corporativo, o maior aumento de juros foi verificado nas operações com o BNDES (+1,6 p.p.), seguido de financiamento imobiliário a taxa de mercado (+1,1 p.p.), enquanto na carteira de crédito direcionado às famílias, a maiores altas de juros ocorreram nas operações de financiamento do investimento do BNDES (+6,4 p.p), na modalidade de crédito rural a taxas de mercado (+1,6 p.p.) e microcrédito (+2,6 p.p.).

Nas novas contratações de crédito, a média real de juros no 1º semestre de 2024 caiu para 22,7% a.a., com diminuição de - 3,0 p.p. ante ao igual semestre de 2023. No período de doze meses terminados em junho do ano em curso, contudo, os juros médios reais das novas operações de crédito do SFN registram pequeno aumento (+0,1 p.p.) frente aos doze meses antecedentes.

Nas novas contratações de crédito pactuadas com pessoas jurídicas, a média real de juros no período janeiro a junho de 2024 ficou em 13,9% a.a., com decréscimo de -1,8 p.p. frente ao igual período de 2023. Em doze meses terminados em junho de 2024, as taxas médias reais dessa carteira subiram +0,1 p.p. frente aos doze meses precedentes.

Nas novas concessões para pessoas físicas, a média real de juros no 1º semestre caiu para 25,2% a.a., com diminuição de -3,9 p.p. frente a 1º semestre de 2023. No período de doze meses encerrados em junho, a média real de juros das novas contratações de crédito às famílias registrou alta de 0,4 p.p. ante os doze meses antecedentes.

No corte por origem dos recursos das novas concessões, as taxas médias de juros da carteira de crédito livremente pactuada caíram para 34,6%, com redução de -3,3 p.p. no 1º semestre de 2024 ante ao igual semestre de 2023. Contudo, no período de doze terminados em junho, os juros médios reais das novas contratações de crédito registram alta de 0,6 p.p. frente aos doze meses precedentes.

Nas novas contratações de crédito direcionado, as taxas reais médias de juros registraram queda de -0,9 p.p. ante o 1º semestre de 2023. Na comparação em doze meses terminados em junho, os juros reais médios subiram +0,7 p.p., encerrando o 1º semestre de 2024 no patamar de 6,0% a.a.

Nas novas concessões de crédito livremente pactuado com pessoas físicas, os juros médios reais no 1º semestre foram da ordem de 46,5% a.a., com decréscimo de -5,3 p.p. ante igual semestre de 2023. Nessa carteira, a maior diminuição da taxa juros médios reais ocorreu nas novas contratações na modalidade de cartão de crédito (-15,8 p.p.), com destaque do cartão rotativo (-10,6 p.p.), cujos juros médios reais ficaram em 408,0% a.a. no 1º semestre.

Nas novas operações de crédito livre com pessoas jurídicas, os juros médios reais também diminuíram, porém, de forma menos intensa: -1,9 p.p. ante o 1º semestre de 2023, passando para 16,4% a.a.. Nessa carteira, as maiores reduções dos juros reais médios ocorrem nas modalidades de cartão de crédito rotativo (-34,0 p.p.), aquisição de outros bens (-5,2 p.p.), desconto de cheque (-4,4 p.p.), antecipação de fatura de cartão de crédito (-3,7 p.p.) e desconto de duplicata (-3,3 p.p.). Em contraste, os juros médios reais subiram nas modalidades de cartão de crédito parcelado (+12,8 p.p.), cheque especial (+9,1 p.p.) e conta garantida (+8,0 p.p.).

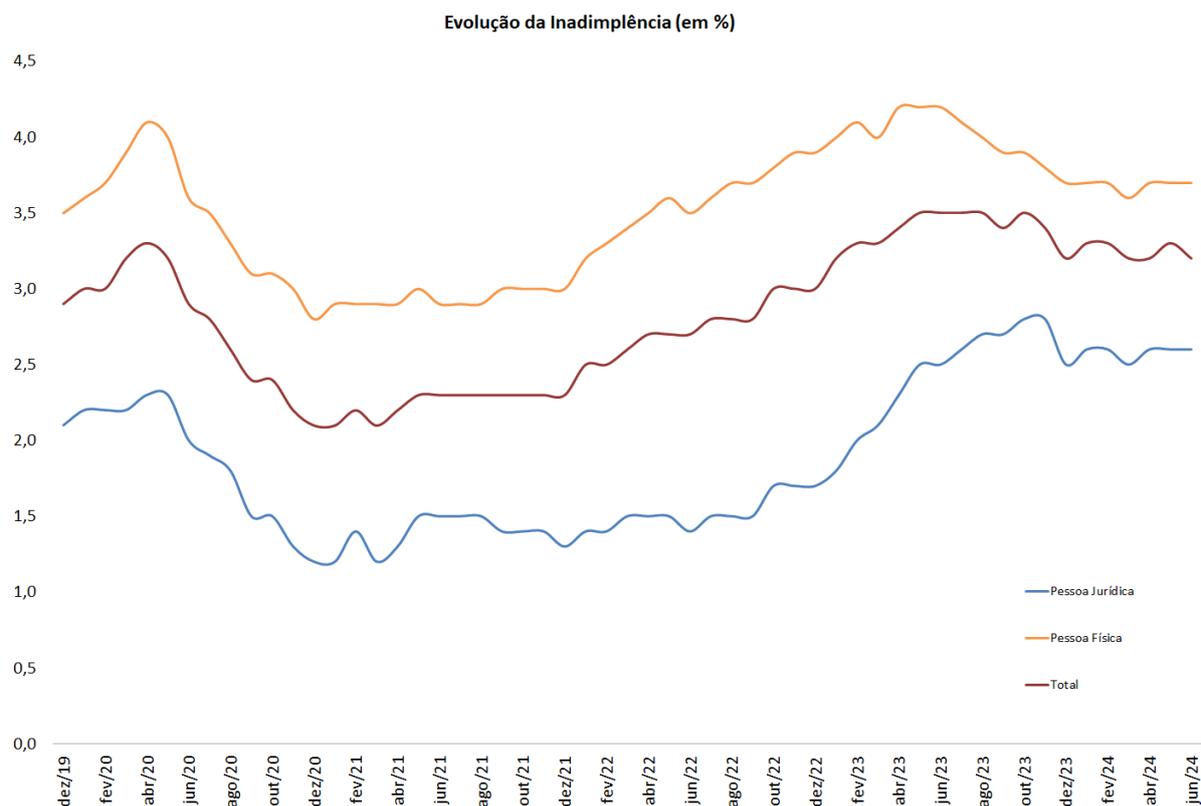
No segmento de crédito regulamentado, os juros médios reais cobrados nas novas concessões registraram queda na base de comparação interanual tanto na carteira de crédito às pessoas físicas (-0,9 p.p.) como na carteira de crédito corporativo direcionado (-0,7 p.p.), com as taxas reais de juros médias declinando para 5,4% a.a. e 7,8% a.a., respectivamente.

Nas novas operações de crédito direcionado às famílias, destacam-se os decréscimos dos juros médios das operações de microcrédito (-3,0 p.p.) e do BNDES (-2,5 p.p.). No crédito direcionado às empresas, os maiores recuos nos juros reais médios foram registrados nas novas concessões de capital de giro do BNDES (-3,6 p.p.) e de crédito rural a taxas de mercado (-2,2 p.p.).

No que se refere à taxa de inadimplência, que considera os atrasos superiores a noventa dias, no 1º semestre de 2024, a inadimplência média do crédito total do SFN diminuiu -0,3 p.p. ante igual semestre do ano anterior e permaneceu estabilizada no mesmo patamar do semestre precedente (3,2%).

Na comparação interanual, o movimento de redução da inadimplência foi puxado pelas carteiras de crédito às pessoas físicas (-0,5 p.p.), enquanto a carteira de crédito corporativo registrou ligeiro acréscimo (+0,1 p.p.), em reflexo da maior inadimplência das empresas de menor porte, que alcançou para 4,4% no final do 1º semestre do ano em curso

(+0,5 p.p.). Na carteira das grandes empresas, em contraste, a taxa de inadimplência recuou para 0,4% (-0,6 p.p.).



Fonte: BCB. Elaboração: IEDI

No 1º semestre de 2024, a inadimplência das famílias permaneceu estável no patamar de 3,7% ao passo que a inadimplência das empresas subiu para 2,6%, com acréscimo de 0,1 p.p. ante ao semestre precedente, fruto da elevação da inadimplência das empresas de pequeno e médio porte (+0,3 p.p.) não compensada pela diminuição dos atrasos superiores a 90 dias nas operações com as grandes empresas (-0,2 p.p.).

Na base de comparação interanual, o exame da inadimplência nas operações de crédito por origem dos recursos revela redução de -0,3 p.p. na carteira de crédito com recursos livres e de -0,2 p.p. na carteira de crédito com recursos direcionados. Frente ao semestre precedente, a taxa de inadimplência registrou pequeno acréscimo de 0,1 p.p. em ambas as carteiras.

Nas operações de crédito livre às pessoas físicas, ocorreu queda da taxa de inadimplência para o patamar de 5,5%, com recuo de -0,8 p.p. frente ao igual semestre do ano

anterior e de -0,1 p.p. ante ao 2º semestre de 2023. Já na carteira de crédito livre ao setor corporativo, em contraste, a inadimplência subiu para 3,3%, com alta de 0,3 p.p. na base de comparação interanual e de 0,2 p.p. frente ao semestre precedente.

Nas carteiras de crédito direcionado, a taxa de inadimplência das famílias encerrou o 1º semestre em 1,4%, com decréscimo de -0,2 p.p. ante igual semestre do ano anterior, enquanto a inadimplência nas operações de crédito direcionado às empresas caiu para 1,3% (-0,3 p.p.). Na comparação com o 2º semestre de 2023, a taxa de inadimplência das famílias se manteve estável e a taxa de inadimplência das empresas aumentou 0,1p.p..

A diminuição das taxas de inadimplência das famílias pode ser explicada pelo aumento dos rendimentos associados à desaceleração da inflação, à relativa melhora do mercado de trabalho e à ampliação dos valores dos benefícios do novo programa Bolsa Família, bem como pelo programa Desenrola Brasil (Lei 14.690 de 3/10/2023), que viabilizou a renegociação de dívidas, bancárias e não bancárias, com desconto para os devedores inadimplentes e o cancelamento de registro de dívidas abaixo de R\$ 100,00.

De acordo com governo federal, o Desenrola Brasil, que foi encerrado em 20 de maio de 2024, beneficiou 15 milhões de pessoas e reduziu a inadimplência entre a população mais vulnerável do país, que era o público prioritário do programa: pessoas com renda bruta de até dois salários mínimos ou inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo (CadÚnico).